

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

ATA DE REUNIÃO

Assunto	Reunião de Análise da Estratégia de 2021
Data	17/11/2021
Abertura	Procurador-Geral do Trabalho
Participantes	José de Lima Ramos Pereira, Heloisa Maria Moraes Rego Pires, Eliane Araque dos Santos, Sandra Lia Simón, Andre Lacerda, Luis Fabiano Pereira, Rafael Foresti Pego, Keilor Heverton Mignoni, Ludmila Reis Brito Lopes, Cassio Calvilani Dalla-Dea, Ana Carolina Fernandes Costa, Cynthia Maria Simões Lopes, Ileana Neiva Mousinho, Gustavo Tenório Accioly, Ana Cristina Desirée Barreto Fonseca Tostes Ribeiro, Loana Lia Gentil Uliana, Fábio Massahiro Kosaka, Wagner Gomes do Amaral, Italvar Filipe de Paiva Medina, Andréa da Rocha Carvalho Gondim, Eduardo Varandas Araruna, Augusto Grieco Sant'anna Meirinho, Melícia Alves de Carvalho Mesel, Lys Sobral Cardoso, Luisa Nunes de Castro Anabuki, Ana Cristina Desiree Barreto Fonseca Tostes Ribeiro, Adriane Reis de Araújo, Márcia Cristina Kamei López Aliaga, Vera Regina Della Pozza Reis, Weslei Gomes de Sousa, Ludmila Nascimento Soares, André Luis Sousa, Ana Carolina Feranandes, Eriadny de Jesus Sena Reis, Susana do Monte Lima.
Pauta	
1. Alinhamento da atuação estratégica	
Abertura	
O Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, abriu a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), cumprimentou a todas e todos participantes, destacou as reuniões do CARI e do CPGE realizadas no dia 16/11, e falou que o MPT está em período de retomada dos trabalhos presenciais. Além disso, ele destacou a participação em reunião com a Secretária Geral do MPU, a Subprocuradora-Geral da União Eliana Torelly, sobre nomeações e promoções para garantir mobilidade na carreira em 2021. Sobre os passivos, o Procurador-Geral disse que não houve sinalização sobre o PAE, mas houve sobre licença prêmio, e que ele trabalha para garantir os pagamentos. O Procurador-Geral informou que precisaria se ausentar durante a reunião por causa de outros compromissos.	
Apresentação dos resultados do MPT em 2020	
Plano de Gestão Nacional (PGN) e demais resultados de 2020: O Procurador-Geral do Trabalho passou a palavra para a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, a Procuradora Regional do Trabalho Ludmila Reis Brito Lopes, que falou que a Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) de 2021 era a primeira da gestão do biênio 2021-2023 e que era preciso alterar o fluxo da reunião, com a próxima RAE acontecendo em março do ano subsequente ao ano de exercício, pois era preciso apresentar os dados consolidados, mas a realização no final do ano não possibilita tal consolidação e, sobretudo em início de gestão, oportunidade em que mudam Secretários, Membros da Câmara e Coordenadores. A Secretária de Planejamento aproveitou a reunião para alinhamento geral sobre o funcionamento do sistema de governança e a importância do planejamento estratégico. Sobre o Sistema de Governança da Gestão Estratégica (SIGGE), a Secretária de Planejamento listou os 7 Comitês (CARI, CPGE, CGEP, CECOM, CESI, CETI e CESI),	

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

explicou que os Comitês despersonalizam a atuação e traz solução de continuidade e ressaltou que é momento de fortalecê-los, pois alguns deles não tiveram reunião nos últimos dois anos. A Secretária destacou que o Planejamento Estratégico não se reduz aos projetos, mas sim a toda atuação que contribui para os objetivos estratégicos, sendo os projetos ferramentas para dar saltos de qualidade na atuação do MPT. Portanto, o MPT necessita fortalecer a lógica de transparência e o foco em resultados, então é preciso de ajustes na gestão para o próximo ano e trabalhar para consolidar os resultados de forma holística e sistêmica. A Secretária de Planejamento atentou para a queda dos números anuais das denúncias e das notícias de fato (NFs), destacou a importância da atuação finalística e de seu impacto nas entregas sociais e no orçamento da instituição. A Secretária de Planejamento disse que o Procurador do Trabalho Fábio Massahiro Kosaka detalharia mais sobre os dados de NFs e meta física ainda na reunião e ressaltou que os resultados das Coordenadorias Nacionais não seriam apresentados na reunião, mas sim em março, próxima RAE. O Procurador-Geral do Trabalho complementou dizendo que está em trâmite Projeto de Lei para criação de cargo de Procurador Regional do Trabalho e os números sobre a atuação do MPT são importantes para argumentação no Congresso Nacional. A Secretária de Planejamento iniciou apresentação mostrando o Plano de Gestão Nacional (PGN) e explicou a necessidade de ajustes de algumas iniciativas. Ela apresentou o mapa estratégico do MPT e disse que está em planejamento, junto com o Procurador do Trabalho Fábio Massahiro Kosaka, proposta de agregar ao Mapa Estratégico um repositório com acesso a informações que mostrem resultados institucionais finalísticos. Além disso, ela mostrou números gerais do Planejamento, como: objetivos (11), indicadores (59), ações estratégicas (114), órgãos e segmentos envolvidos (29). A Secretária de Planejamento ainda mostrou a situação do cumprimento dos resultados (31 alcançados totalmente, 55 alcançados parcialmente, 23 sem resultados até o momento, e 23 sem informação), exibiu tabela com valores observados para indicadores previstos no PGN e destacou que a construção dos indicadores foi realizada com as áreas. Em seguida, A Secretária de Planejamento ressaltou o resultado exitoso do trabalho coordenado na atuação frente à Covid-19, exibiu tela com total de providências adotadas (4.226), total de ações planejadas (738), média de providências por unidade (169), quadro com as providências mais recorrentes e as destinações feitas pelo MPT (R\$ 383.923.704,65). Foi passada a palavra para o Assessor-Chefe da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE), Wesley Gomes de Sousa, que apresentou a situação de projetos e falou que os principais problemas são pendências de envio de documentação, conforme a Resolução CSMPT 137. A Secretária de Planejamento relatou esforço na revisão de normativos como as Resoluções N° 137, N° 132, N° 166 para criar outros adequados à realidade do MPT e apresentou as principais recomendações da Audin, que foram: revisão tempestiva do Planejamento Estratégico Institucional; estabelecimento de metas institucionais e comunicação de resultados; vinculação do orçamento com o planejamento e projetos; estabelecimento da gestão de riscos; e criação de trilha de capacitação em gestão estratégica. Em seguida foi apresentada a página da SGE no Portal do MPT, com destaque para o PGN, para a lista de indicadores e para os GAETs. A Secretária de Planejamento encerrou a apresentação, pediu para que todos conhecessem os documentos, os resultados do MPT e franqueou a palavra para os participantes da reunião. Passada a palavra ao Secretário da Secretaria de Pesquisa e Análise de Informações (SPAI), Procurador do Trabalho Fábio Massahiro Kosaka, ele apresentou dados sobre a atuação do MPT, com destaque para a diminuição anual na quantidade de denúncias recebidas, inclusive detalhado por mês, e na quantidade NF'S autuadas. O Secretário da SPAI informou que realiza o acompanhamento da meta física, destacando que na fórmula é contado tudo produzido na área finalística, como audiência, parecer, ofício expedido etc. Ele ainda ressaltou que a meta física é um dado obrigatório a ser enviado ao apresentar a proposta orçamentária para o Ministério da Economia, bem como disse que ainda não houve problema para alcançar a meta física, mas ressaltou a possibilidade de impacto da atuação

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

finalística em orçamentos futuros do MPT. Outros dados apresentados foram os percentuais de indeferimento das NFs de 2018 a 2021. O Secretário da SPAI destacou a importância dos dados apresentados para reflexão diante da proximidade da revisão do Planejamento Estratégico Institucional e da implantação dos Grupos de Atuação Especial Trabalhista (GAETs). A Secretária da SGE disse que uma atuação proativa pode compensar essa diminuição de uma atuação reativa. Com a palavra, a Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) levantou algumas dúvidas sobre os dados, destacou que aparentemente não refletem nos processos que chegam à CCR e mencionou a questão da redistribuição das NFs em função da especialização dos Ofícios ou dos Enunciados do Órgão. Outra questão foi sobre os indeferimentos liminares, se eles se referem ao ato do indeferimento, sem considerar outros atos ocorridos antes do indeferimento. O Secretário da SPAI explicou que não há conclusão sobre o que provocou o decréscimo no número de denúncias, nem sobre o porquê houve aumento nos procedimentos que vão à CCR e disse que são contabilizados todos os atos na meta física que ocorrem nos procedimentos. A Coordenadora da CCR ainda ponderou que há resolução de questões em função atuação autocompositiva, que as trata antes que aconteça a denúncia e talvez seja necessário contabilizar a atuação de negociação, de mediação. O Secretário da SPAI disse que elas são contadas, mas é necessário a inserção de dados no sistema para serem considerados. A Secretária da SGE comentou que é normal o aumento do trabalho na CCR, mesmo com as denúncias em queda, pois há um atraso na chegada ao Órgão e os números apresentados pelo Secretário da SPAI é algo a se observar, inclusive pela falta do registro adequado dos dados da atuação dos membros, o que foi reforçado pelo Secretário da SPAI, que citou a ausência de registro das audiências públicas. A Coordenadora da CCR indagou ainda como era feito o registro dos dados da atuação promocional, o que foi respondido pelo Secretário da SPAI, dizendo que tudo feito em promocional e registrado é computado. Passada a palavra para a Subprocuradora-Geral do Trabalho Ileana Neiva Mousinho, ela citou a importância da compreensão da sociedade sobre a atuação do MPT, o que pode impactar nos números de NFs. O Procurador do Trabalho Eduardo Varandas Araruna trouxe o contexto cultural de desmonte de direitos sociais no qual o MPT está inserido que reflete na busca pelo MPT pela sociedade. O Procurador do Trabalho Italvar Filipe de Paiva Medina, iniciou a fala questionando se houve a mensuração de denúncias por todos os meios disponíveis pelo MPT (telefone, internet e presencial), pois a queda das denúncias presenciais em 2020 por conta da emergência pandemia da Covid-19 e desemprego em massa podem ter afetado as estatísticas do MPT. No campo do trabalho escravo, o Procurador Italvar Filipe de Paiva disse que a percepção dele é que as denúncias aumentaram, mesmo que tais denúncias sejam pequenas frente ao total de denúncias. Ele também citou os temas patrimoniais como os que mais incomodam o trabalhador, e a importância de enfrentá-los. O Secretário da SPAI explicou que a quantidade de denúncias envolve todos os canais. Em seguida, a Procuradora do Trabalho Melícia Alves de Carvalho Mesel falou que há problemática trazida pela Resolução 132, que teve a intenção de especializar a investigação, mas na prática o fracionamento da denúncia em várias NFs pode ter impactado no número de arquivamentos, pois os fatos isolados podem não ser suficientes para suscitar uma investigação. Com a palavra, a Procuradora do Trabalho Lys Sobral Cardoso reforçou a fala do Procurador do Trabalho Italvar Filipe de Paiva sobre a atuação em questões patrimoniais e, além disso, ela trouxe para reflexão a necessidade de investigar o motivo dos indeferimentos. O Procurador do Trabalho Augusto Grieco Sant'anna Meirinho também falou da necessidade de aprofundar análise sobre os números das NFs, pois só uma análise numérica não é possível compreender todo fenômeno que acontece. Ele destacou que o MPT não pode substituir o Ministério do Trabalho em suas atribuições finalísticas de fiscalizar a legislação trabalhista, bem como falou que vê como muito importante o desmembramento das NFs por conta do princípio da eficiência. A Coordenadora da CCR pontuou que o Órgão vem decidindo sobre a necessidade de que todo o declínio suba para atuação da CCR. A Subprocuradora-Geral do

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Trabalho Vera Regina Della Pozza Reis saudou a todos e louvou os trabalhos. Ela disse ser importante trazer para o MPT o que é percebido na rua e com a reforma trabalhista muita gente se acanhou de trazer demandas ao MPT pelas perdas na legislação. A Subprocuradora Geral ainda reforçou a necessidade de aprofundamento das avaliações dos números referentes às NFs. A Secretária de Planejamento agradeceu a participação de todas e todos e encerrou a reunião, destacando que em março de 2022, haverá nova apresentação de resultados consolidados.

WESLEI GOMES DE SOUSA

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Assessor-Chefe da SGE

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

Procurador-Geral do Trabalho



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **PGEA 013668.2019.00.900/0 Ata de Reunião nº 000301.2021**

Signatário(a): **JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA**

Data e Hora: **09/12/2021 13:32:18**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **WESLEI GOMES DE SOUSA**

Data e Hora: **09/12/2021 17:33:10**

Assinado com login e senha

Endereço para verificação do documento original: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=7148204&ca=QWXVDU2J2LNGQ7SZ